

## Senadores querem regras mais duras para eventos

Em visita à cidade gaúcha de Santa Maria, onde no domingo um incêndio em uma boate matou 234 pessoas, os representantes do Rio Grande do Sul defenderam mudanças na legislação e fiscalização mais rigorosa

**R**egulamentação mais rigorosa e fiscalização efetiva dos eventos com grande número de pessoas é o que defendem os três senadores do Rio Grande do Sul, que visitaram ontem a cidade gaúcha de Santa Maria. Ana Amélia (PP), Paulo Paim (PT) e Pedro Simon (PMDB) estiveram no local em que foram realizados velórios e o atendimento às famílias das vítimas da tragédia na boate Kiss, onde 234 jovens morreram em um incêndio, no domingo.

Depois de se solidarizar com os familiares das vítimas e defender a apuração de responsabilidades pela tragédia, Ana Amélia (PP-RS) acionou sua assessoria para analisar mudanças na legislação federal capazes de impedir que acidentes como esse se repitam.

— Minha assessoria já está avaliando quais as providências que, no plano federal, nós poderemos adotar por meio de legislação. A prevenção sempre é o melhor remédio, disse a senadora em entrevista à Rádio Senado.

A iniciativa de Ana Amélia também foi seguida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS). Em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o parlamentar disse que irá formar uma comissão para propor uma lei federal que estabeleça regulamento único para a concessão de alvarás e prevenção de incêndios. Atualmente, cabe aos municípios fixar regras para o funcionamento de casas noturnas, enquanto os estados respondem pelas normas de prevenção de incêndios.

Paulo Paim informou à TV Senado que vai apresentar requerimento para realização de audiência pública sobre o assunto ainda em fevereiro. Ele disse que os senadores receberam pedido para transformar o local da tragédia em um memorial. Pedro Simon apresentará voto de pesar pelas mortes.



Simon, Paim e Ana Amélia conversam com o prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer, no ginásio onde ocorreu o velório

## CCJ examina mais autonomia para delegados

Aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto da Câmara que regulamenta atribuições dos delegados de polícia em inquéritos criminais e dá mais autonomia a esses profissionais na apuração de crimes.

De acordo com a proposta (PLC 132/12), do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o afastamento de um delegado e a redistribuição de um inquérito só poderão ocorrer por

despacho de superior hierárquico, por motivo de interesse público ou se a inobservância de procedimentos prejudicarem a investigação.

O texto estabelece como exclusivas de Estado as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia. Pelo projeto, cabe a esse profissional a condução da investigação criminal, além de requisição de perícia, infor-

mações, documentos e dados que interessam à apuração dos fatos. Outra tarefa privativa do delegado é o indiciamento, devendo estar fundamentado em análise técnico-jurídica.

Na justificativa, o autor aponta a necessidade de fortalecimento da autonomia do delegado para assegurar a condução de inquéritos sem interferência de outros profissionais, aumentando a elucidação de crimes.

## Exposição celebra 25 anos da Constituição

Começa amanhã às 16h, nos espaços Ivandro Cunha Lima e Galeria Senado, exposição sobre os 25 anos da Constituição federal, promulgada em 5

de outubro de 1988. A exposição relembrará momentos históricos da Assembleia Nacional Constituinte.

No Espaço Ivandro Cunha

Lima haverá 16 painéis com textos e imagens de momentos relevantes da Constituinte. Na Galeria Senado estarão réplicas das edições de oito Constituições Brasileiras.

O evento tem coordenação da Secretaria de Arquivo, supervisão da Diretoria-Geral, projeto expográfico da Subsecretaria de Projetos Especiais e execução gráfica do Serviço de Programação Visual. O objetivo é mostrar o valor histórico da Constituição, a importância do trabalho legislativo ao longo da história, especialmente para o desenvolvimento do país e sua organização política, social e econômica.



Ulysses Guimarães ergue a Carta Magna no momento da promulgação, em 1988

## Projeto visa facilitar inclusão no Simples

O valor movimentado pelas empresas, na opinião de Gim (PTB-DF), deve ser o único parâmetro de inclusão no Simples Nacional, regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas. Hoje o Estatuto da Micro e Pequena Empresa especifica setores que podem e que não podem aderir.

Gim é relator, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), de projeto que busca incluir novas categorias profissionais no regime. De autoria do ex-senador Osmar Dias, o PLS 242/07 tramita com sete outras proposições. A análise de todas começou após requerimento para tramitação conjunta. Na Comissão de Educação e Cultura (CE), foi aprovado substitutivo de Ana Amélia (PP-RS).

Gim acredita que um dos motivos da demora na tramitação é a discussão sobre a inclusão ou não de categorias. Na opinião dele, o estatuto não deve trazer um rol taxativo.

— Nós temos que facilitar para o pequeno empresário. É por isso que sou a favor de incluir um valor, e as categorias que movimentarem até aquele valor podem fazer parte do Simples — explicou.

O senador disse que pretende entregar o relatório logo após o Carnaval. O texto está sendo analisado pela consultoria legislativa para a definição do valor limite. Gim ressalta que é preciso cautela para não abalar a economia do país.

Depois da CCT, as propostas ainda vão passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de irem a Plenário.



“Temos que facilitar para o pequeno empresário”, diz Gim

# Minha Casa, Minha Vida pode dar prioridade a famílias desabrigadas

Projeto de Lindbergh Farias, já aprovado pelo Senado, aguarda votação na Câmara para dar liberdade a municípios na escolha dos beneficiários

OS MUNICÍPIOS PODERÃO direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) a famílias que tenham sido desabrigadas ou residam em áreas insalubres ou que ofereçam risco. Proposta de Lindbergh Farias (PT-RJ) aprovada pelo Senado em 2011 aguarda a conclusão na Câmara.

O projeto (PLS 27/11), que tramita na Câmara como PL 3.250/12, já foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) e está pronto para ser votado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) daquela Casa.

O relator, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), vê compatibilidade da proposta com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Mas observa a necessidade de adequação da medida em relação à Lei Orçamentária anual (LOA) em vigor, a fim de priorizar esse grupo específico como beneficiário das ações do programa. Depois de aprovada pela CFT, o projeto ainda



Se aprovada, a proposta vai beneficiar famílias vítimas de inundações como a que aconteceu em Xerém, Rio de Janeiro

será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

A proposta modifica a lei que instituiu o PMCMV (Lei 11.977/11), para dar liberdade ao município quanto à seleção dos beneficiários do programa. Conforme explicou a relatora do texto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM), a lei vigente prevê prioridade no atendimento às famílias desabrigadas ou moradoras de área de risco. Porém, o Executivo regulamentou essa prioridade a 50% dos beneficiários, que são escolhidos por sorteio entre os que preencherem critérios determinados.

Na avaliação da senadora, tal regulamentação limita a

atuação dos municípios e os impede de atuarem de forma plena em situações graves. Para Vanessa, o projeto de Lindbergh vai contribuir para conter a ocupação de áreas impróprias para moradias, uma vez que a seleção dos beneficiários da política habitacional deverá priorizar pessoas desabrigadas, vítimas de tragédias em áreas urbanas.

## Blairo propõe dedução de doações para assistência a idosos e crianças

Doações para entidades de assistência a idosos e crianças poderão ser abatidas do Imposto de Renda, segundo projeto (PLS 746/11) de Blairo Maggi (PR-MT) que tem parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O benefício, para pessoas físicas, se enquadra nos limites de abatimento já estabelecidos para despesas com instrução. A lei resultante do projeto terá vigência imediata, mas só vai produzir efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

A ausência de incentivos para doadores destas instituições motivou a apresentação do projeto, segundo o relator,

Paulo Bauer (PSDB-SC). A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o projeto, em 2012, com duas emendas que estendem o desconto às doações feitas para entidades de apoio a adolescentes.

Bauer manteve em seu parecer as emendas apresentadas pela CDH e ajustou o texto para restringir o incentivo a doações dirigidas a entidades beneficentes certificadas pelo governo federal.

O projeto será votado em decisão terminativa pela CAE. Ou seja: se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, seguirá direto para a Câmara dos Deputados após ser aprovado pela comissão.

## Projeto reserva metade dos guichês para atendimento prioritário

Está pronto para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto (PLS 101/12) que destina metade dos guichês e caixas para atendimento ao público a idosos, gestantes, mães com bebês de colo e pessoas com deficiência. O objetivo da proposta de Ivo Cassol (PP-RO) é evitar que pessoas com direito a prioridade acabem esperando mais tempo.

Caixas e similares destinados ao atendimento prioritário poderão atender ao público em geral, mas só quando não houver pessoas que têm prioridade. O projeto determina ainda que, caso não haja guichês específicos, o atendimento prioritário deve

ser feito imediatamente após a conclusão do atendimento que estiver em andamento, antes de quaisquer outras pessoas.

O relator na CDH, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), deu parecer favorável. Segundo ele, talvez por falta de educação social e jurídica, não se vê hoje nos estabelecimentos comerciais — bancos e hospitais, entre outros — a disponibilidade de postos especiais de atendimento em quantidade suficiente, nem a necessária organização de prioridades, para fazer cumprir as normas existentes. Dessa forma, o projeto seria “justo e meritório”. A proposta está pronta para a pauta de votações da CDH.

## Uso de psicofármacos por menores poderá ter maior controle

O uso de psicofármacos por crianças e adolescentes poderá ser submetido a uma legislação mais rigorosa. Projeto neste sentido será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 247/12), da senadora Ângela Portela (PT-RR), visa acrescentar medidas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prevenir o uso indevido deste tipo de medicamento, usado no tratamento de sintomas mentais. A iniciativa tem apoio do relator da matéria, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que já elaborou voto pela sua aprovação.

Pelo texto, a necessidade do medicamento deverá passar pelos protocolos clínico-terapêuticos do Ministério da Saúde.

## Proposta impede suspender processo de crime contra a mulher

Está pronto para ser votado na Câmara um projeto da senadora licenciada Gleisi Hoffmann que impede a suspensão de processos sobre crimes de violência doméstica ou familiar contra a mulher. O PLS 49/11 está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara (onde recebeu a numeração PL 1.322/11) com parecer favorável da relatora, deputada Rosane Ferreira (PV-PR).

No Senado, o projeto foi aprovado com emendas. Uma torna pública e incondicionada a ação penal nos crimes de lesão corporal leve, praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. Outra dá prioridade a essas ações nos juizados especiais cíveis e criminais.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Márcio Kolumbe/Agência Senado



Lia de Paula/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333